

Informações Financeiras Intermediárias Condensadas (Individuais e Consolidadas)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

31 de março de 2026
com Relatório do Auditor Independente sobre a Revisão de
Informações Trimestrais

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração

A Administração da Porto Sudeste do Brasil S.A. - (“Porto Sudeste” ou “Companhia”), em observância aos preceitos legais e de acordo com a Legislação societária vigente vem submeter a apreciação de V.Sas. as Informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativo ao trimestre findo em 31 de março de 2026. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos. Ao encerrarmos o primeiro trimestre de 2026, a Diretoria externa seu reconhecimento aos fornecedores, empregados e bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

2. Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. (“EY”) presta serviços de auditoria externa relacionados ao exame das Informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas da Companhia.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência e objetividade do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

A EY declarou à Companhia que não existe qualquer vínculo ou situação de fato que configure conflito de interesses, inviabilizando o exercício da sua atividade de forma independente.

3. Explicações da Administração com relação aos títulos de remuneração variável

Visão Geral sobre os Títulos Perpétuos de Remuneração Variável

Em fevereiro de 2014, IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. (“Trafigura”) e a EAV Lux S.A.R.L (“Mubadala”), por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, adquiriram o controle da Porto Sudeste, até então exercido pela MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX”).

O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigura e pela Mubadala previa, entre outros, que a Companhia assumiria, direta ou indiretamente, obrigações relativas aos títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX, negociados na B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO (“B3”) sob o ticker MMXM11 (“Títulos MMXM11”). Nesse contexto, a Porto Sudeste emitiu, em 26 de fevereiro de 2014, Títulos Perpétuos de Remuneração Variável (“TPRV”), em termos similares aos Títulos MMXM11 (“PORT11”), os quais foram integralmente subscritos na mesma data pela MMX. O contrato de investimento também previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos PORT11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos MMXM11 (“Oferta de Permuta”). Para implementação de tal Oferta de Permuta, foram utilizados dois veículos diferentes, de forma a atingir a totalidade dos detentores dos Títulos MMXM11:

- (i) *Porto Sudeste Royalties FIP-IE (“PSR”)*: um fundo de investimento em participações em infraestrutura, o qual, na ocasião da oferta, detinha em sua carteira, exclusivamente, Títulos PORT11 - sendo que cada Título PORT11 detido pelo PSR correspondia a uma quota. As quotas do PSR foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadravam como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tinham restrições para deter quotas do PSR;
- (ii) *Porto Sudeste VM S.A. (“Porto VM”)*: uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria ‘b’ que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, espelho do Título MMXM11 (os “Títulos PSVM11”), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos PORT11, que não são admitidos para negociação na bolsa). No âmbito da referida Oferta de Permuta, os Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE - como é o caso de alguns fundos de investimento.

Como forma de endereçar a situação dos titulares de MMXM11 que eventualmente não aderissem a Oferta de Permuta, a MMX se manteve titular de Títulos PORT11 na mesma quantidade de Títulos MMXM11 não permutados.

Através da conclusão da Oferta de Permuta, a Porto Sudeste possui obrigação de pagamento aos veículos acima e à MMX, que por sua vez possuem obrigação de pagamento aos detentores das cotas/títulos permutados.

Há 983.407.010 Títulos PORT11 emitidos, sendo 98,61% detidos pelo PSR, 0,43% detidos pela Porto V.M. e 0,96% detidos pela MMX.

Para mais informações, a escritura de emissão dos Títulos Port 11 está disponível no website da Porto Sudeste do Brasil.

Cálculo dos Royalties

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOC \times VpTDC)] \times FP$$

Em que:

R = *royalties* devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOC = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro

VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas

FP = Fator Proporcional

Para cargas de minério de ferro: os *Royalties* relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$5,00 por tonelada de minério de ferro (“Valor por Tonelada para Minério de Ferro”). Este valor será corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010.

Para as demais cargas: os *Royalties* relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas, tais como atividades de abastecimento) embarcadas no Terminal Portuário (“valor por tonelada para demais cargas”) serão calculados com base na margem da carga. A “Margem da carga” (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$5,00 por tonelada embarcada. O valor limite ajustado de US\$5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010.

Durante os exercícios de 2013 a 2016, o compromisso de *Royalties* do Porto Sudeste, relativos ao minério de ferro, foi o mínimo entre o volume embarcado em cada período e o volume de *take-or-pay* indicados na tabela abaixo:

Milhões de Toneladas - Take or Pay	2013	2014	2015	2016
TMMF	13,6	31,9	36,8	36,8

De 2017 em diante, o volume de minério de ferro gerador de *Royalties* (TMMF, na fórmula acima) deixou de estar sujeito a um *take-or-pay*, sendo, portanto, simplesmente o volume embarcado. Na tabela a seguir, é possível verificar a tonelage realizada Porto Sudeste, sendo o início das operações em 2016, após o comissionamento realizado em 2015:

Milhões de Toneladas – Embarcadas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 YTD
TMMF	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,4	26,1	21,9	27,8	5,8
TMOC	-	-	-	-	-	-	0,1	-	-	-	-
Total	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,5	26,1	21,9	27,8	5,8

Como o volume embarcado de minério de ferro em 2016 foi menor do que o volume de *take-or-pay*, o compromisso de *royalties* está baseado neste segundo parâmetro.

No 1º trimestre de 2025, o Porto Sudeste embarcou 5.757 mil toneladas de minério de ferro (TMMF) e nenhuma toneladas de outras cargas (TMOC), que multiplicado pelo valor atualizado por tonelada de US\$ 6,68 (VpTMF e VpTDC) resultou em *royalties* de US\$ 38.458 mil no período. O acumulado de *Royalties* até esse trimestre é de US\$ 1.679.347 mil que convertido para Reais totalizou R\$ 8.765.185 mil. Até este trimestre foi pago o montante de US\$ 15.855 mil que convertido em Reais totalizou R\$ 86.202 mil. Com o alcance dos indicadores financeiros que permitem reduzir o fator de utilização do caixa disponível para servir a dívida sênior de 100% para 50% (*cash sweep*), e a disponibilidade do caixa gerado no trimestre, será possível distribuir “*royalties*” aos detentores do PORT11 no montante de US\$ 1.295 mil que convertido em Reais totalizou R\$ 6.758 mil a ser realizado em até 60 dias após o fechamento do trimestre, conforme a Escritura de títulos.

A Porto Sudeste V.M., subsidiária integral da Porto Sudeste, tem US\$ 7.207 mil que convertidos

em reais totalizou R\$ 37.617 de *royalties* acumulados a receber, referente a quantidade de Títulos PORT11 que detém de 4.188.602 (proporção de 0,43% do total).

PORT11 sobre volumes embarcados / ToP	Saldo Inicial	1° Tri 2026	2° Tri 20256	3° Tri 2026	4° Tri 2026	Balanco YTD	Saldo Final
Volume (TMMF)	285.303.854	5.757.145	-	-	-	5.757.145	291.060.999
Volume (TMOC)	106.060	-	-	-	-	-	106.060
Preço por tonelada (\$)	5,00	5,00	-	-	-	5,00	5,00
PPI Acumulado	0,80	1,68	-	-	-	1,68	0,82
Preço ajustado por TON (\$)	5,80	6,68	-	-	-	6,68	5,82
Saldo Acumulado (USD '000)	1.656.744	38.458	-	-	-	38.458	1.695.202
PORT11 Pagamentos (USD '000)	(12.490)	(3.365)	-	-	-	(3.365)	(15.855)
PORT11 Saldo a Pagar (USD '000)	1.644.254	35.093	-	-	-	35.093	1.679.347

Porto Sudeste V.M.	Saldo Inicial	1° Tri 2026	2° Tri 2026	3° Tri 2026	4° Tri 2026	Balanco YTD	Saldo Final
PORT11 detidos <i>em proporção a todos os PORT11</i>	0,43%	0,43%	-	-	-	0,43%	0,43%
Saldo Acumulado (USD '000)	7.111	164	-	-	-	164	7.275
Pago p/ detentores PSVM11 (USD '000)	(54)	(14)	-	-	-	(14)	(68)
Saldo a Pagar (USD '000)	7.057	150	-	-	-	150	7.207

Pagamento dos *Royalties*

O pagamento de *Royalties* em cada trimestre será realizado em até 60 dias a contar do fim de cada trimestre civil e está condicionado à existência de caixa disponível para pagamento dos *Royalties*, apurado após o desconto de tributos aplicáveis, custo caixa das operações, despesas operacionais, despesas de capital para manutenção, valores oriundos da reversão de determinadas provisões de caixa, bem como respeitada a preferência de determinados credores da Porto Sudeste, tudo nos termos da cláusula 5.2 da escritura de emissão dos Títulos PORT11 (“Caixa Disponível para *Royalties*”).

Os *Royalties* serão cumulativos, ou seja, no caso de em um determinado trimestre o Caixa Disponível para *Royalties* apurado pela Porto Sudeste não ser suficiente para permitir o pagamento, total ou parcial, dos *Royalties* até então determinados, tais *royalties* não pagos deverão ser adicionados ao montante dos *Royalties* do próximo trimestre. Os *Royalties* apenas devem ser considerados devidos e pagáveis quando a Porto Sudeste tiver apurado Caixa Disponível para *Royalties* suficiente para tanto.

Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento dos então *Royalties* corrente, o caixa livre detido pela Porto Sudeste for superior a US\$10 milhões (“Reserva Mínima de Caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a Reserva Mínima de Caixa (“Caixa Livre Disponível”) para pagar aos detentores dos títulos os *Royalties* efetivamente acumulados e não pagos até tal momento (“*Royalties* Acumulados”).

Não há qualquer obrigação da Porto Sudeste de pagar *Royalties*, exceto se houver Caixa Livre detido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível. “Caixa Livre” significa o valor correspondente aos valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste menos a soma de (a) valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de

aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste exijam provisionamento.

Em 31 de março de 2026, a Porto Sudeste realizou os cálculos financeiros e identificou que houve geração de caixa suficiente para pagamento dos *Royalties* aos detentores dos Títulos PORT11.

Caixa Disponível para Pagamento de Royalties BRL '000	1º Trimestre 2026	2º Trimestre 2026	3º Trimestre 2026	4º Trimestre 2026
Recebimentos	358.837	-	-	-
Despesas	(267.846)	-	-	-
Serviço da Dívida: Obrigatório	(82.801)	-	-	-
Serviço da Dívida: <i>Cash Sweep</i>	(6.924)	-	-	-
Constituição/(Resgate) de Conta Reserva da Dívida (*)	5.492	-	-	-
Caixa Disponível para Royalties	6.758	-	-	-

(*) Montante constituído como garantia aos credores seniores e bloqueado para movimentação. Até o final desse trimestre totalizaram R\$ 108.275. Estes montantes são investidos em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remunerados a 100,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Até o final desse trimestre totalizaram R\$ 26.304 mil de remuneração.

O eventual saldo de caixa existente na Porto Sudeste (visão Controladora) apresentado no balanço refere-se ao saldo que devem ser mantidos em contas para atender alguma obrigatoriedade operacional, como a conta de garantia para compra de energia e PIS/COFINS depositados em juízo, que não fazem parte do fluxo de distribuição aos credores.

Contabilização do PORT11

A Porto Sudeste contabiliza os Títulos PORT11 no passivo, com base no valor presente do fluxo de caixa projetado do pagamento dos *Royalties*. Ou seja, o valor apresentado no balanço patrimonial é diferente do montante de *royalties* acumulados até este trimestre. A Porto Sudeste V.M., por sua vez, contabiliza seu direito de receber os *royalties* no ativo, correspondendo à sua parcela sobre o valor dos títulos PORT11, e o respectivo pagamento aos detentores do PSVM11 no passivo.

A mensuração desses títulos PORT11 é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de 11,57% ao ano. Essas projeções baseiam-se no plano de negócios da Porto Sudeste, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, operações com outros granéis sólidos e líquidos, expectativas de preços da *commodity*, entre outros.

Itaguaí/RJ, 14 de maio de 2026.

A Administração.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas

31 de março de 2026

Índice

Relatório sobre a revisão das informações financeiras condensadas intermediárias individuais e consolidadas	1
Informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações condensadas dos resultados	5
Demonstrações condensadas dos resultados abrangentes	6
Demonstrações condensadas das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações condensadas dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas.....	9



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Diretores e aos Acionistas da
Porto Sudeste do Brasil S.A.
Itaguaí/RJ

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial individual e consolidado da Companhia Porto Sudeste do Brasil S.A. (Companhia) em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias, individuais e consolidadas, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ênfase – Recuperabilidade de saldo de contas a receber com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa 17 às informações intermediárias individuais e consolidadas, a qual descreve que a realização do saldo a receber da Mineração Morro do Ipê (“MMI”) está condicionada ao desempenho operacional futuro, da capacidade de geração de fluxos de caixa e da execução do plano de negócios da MMI. Esse plano prevê aporte de recursos pelos acionistas controladores, necessários para viabilizar os investimentos operacionais para conclusão da fase de *ramp-up* do projeto Tico-Tico. Conforme mencionado na referida nota, ambas as entidades possuem os mesmos acionistas controladores, que têm demonstrado compromisso com a continuidade operacional e com a execução do plano de negócios aprovado. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fernando Alberto S. Magalhães'.

Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC SP 133169/O

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais
31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.872	19.540	142.103	225.355
Contas a receber de clientes	5	78.602	78.882	78.602	78.882
Contas a receber com partes relacionadas	17	10.858	-	347.297	385.563
Estoques	6	145.230	110.438	162.841	163.858
Impostos a recuperar	8	101.505	87.829	104.812	91.262
Adiantamentos com partes relacionadas	17	-	-	199.709	149.281
Adiantamentos	9	40.381	37.216	40.381	37.216
Outros		429	-	429	-
Total do ativo circulante		383.877	333.905	1.076.174	1.131.417
Não circulante					
Depósitos vinculados	7	108.275	110.322	108.275	110.322
Contas a receber com partes relacionadas	17	857.446	864.401	857.446	864.401
Impostos a recuperar	8	-	-	3.054	3.054
Investimentos	10	47.298	50.348	-	-
Imobilizado	11	6.518.965	6.864.872	6.563.124	6.911.429
Intangível	12	10.912.954	11.539.361	10.912.954	11.539.361
Depósitos judiciais	20	123.993	118.308	124.074	119.081
Total do ativo não circulante		18.568.931	19.547.612	18.568.927	19.547.648
Total do ativo		18.952.808	19.881.517	19.645.101	20.679.065

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	13	122.837	95.868	217.532	201.041
Empréstimos e financiamentos	14	60.367	61.798	1.045.171	1.047.611
Impostos a recolher	16	23.721	17.496	24.953	21.063
Partes relacionadas	17	226.822	129.106	28.430	15.026
Adiantamentos de clientes		149	272	151	275
Títulos de remuneração variável	15	6.758	18.516	6.758	18.516
Encargos trabalhistas		39.728	33.471	39.728	33.471
Total do passivo circulante		480.382	356.527	1.362.723	1.337.003
Não circulante					
Fornecedores	13	42.532	41.053	42.532	41.053
Empréstimos e financiamentos	14	6.275.140	6.515.954	6.275.140	6.515.954
Impostos a recolher	16	14.694	13.377	14.694	13.377
Títulos de remuneração variável	15	20.384.716	20.410.266	20.384.716	20.410.266
Provisão passivo a descoberto	10	190.048	182.928	-	-
Provisão para contingências	19	9.551	8.801	9.551	8.801
Outras contas a pagar		1	373	1	373
Total do passivo não circulante		26.916.682	27.172.752	26.726.634	26.989.824
Patrimônio líquido negativo					
Capital social	21	3.148.590	3.148.590	3.148.590	3.148.590
Ajustes acumulados de conversão		(524.882)	(922.797)	(524.882)	(922.797)
Prejuízos acumulados		(11.067.964)	(9.873.555)	(11.067.964)	(9.873.555)
Total do patrimônio líquido negativo		(8.444.256)	(7.647.762)	(8.444.256)	(7.647.762)
Total do passivo e patrimônio líquido		18.952.808	19.881.517	19.645.101	20.679.065

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações condensadas do resultado
Período de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receita, líquida de venda de bens	22	224.617	607.769	1.239.294	2.137.682
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	23	(208.578)	(217.324)	(1.229.181)	(2.032.953)
Resultado bruto		16.039	390.445	10.113	104.729
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	24	(22.821)	(22.015)	(23.300)	(22.195)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(23.814)	(66.078)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	15	(406.076)	679.422	(406.137)	921.870
		(452.711)	591.329	(429.437)	899.675
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(436.672)	981.774	(419.324)	1.004.404
Resultado financeiro	25				
Receitas financeiras		21.745	24.473	37.062	353.283
Despesas financeiras		(779.482)	(799.547)	(812.147)	(1.150.987)
		(757.737)	(775.074)	(775.085)	(797.704)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(1.194.409)	206.700	(1.194.409)	206.700
Imposto de renda e contribuição social	18	-	(34.692)	-	(34.692)
Lucro (prejuízo) do período		(1.194.409)	172.008	(1.194.409)	172.008

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações condensadas dos resultados abrangentes
Período de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Lucro (prejuízo) do período	(1.194.409)	172.008	(1.194.409)	172.008
Diferenças cambiais relacionadas à conversão para moeda de apresentação	397.915	569.361	397.915	569.361
Total dos resultados abrangentes	(796.494)	741.369	(796.494)	741.369

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações condensadas das mutações do patrimônio líquido
Período de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.148.590	(1.715.371)	(9.362.191)	(7.928.972)
Ajustes acumulados de conversão	-	569.361	-	569.361
Lucro do período	-	-	172.008	172.008
Saldos em 31 de março de 2025	3.148.590	(1.146.010)	(9.190.183)	(7.187.603)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.148.590	(922.797)	(9.873.555)	(7.647.762)
Ajustes acumulados de conversão	-	397.915	-	397.915
Prejuízo do período	-	-	(1.194.409)	(1.194.409)
Saldos em 31 de março de 2026	3.148.590	(524.882)	(11.067.964)	(8.444.256)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações condensadas dos fluxos de caixa
Período de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre a renda	(1.194.409)	206.700	(1.194.409)	206.700
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	103.575	121.318	103.579	121.321
Baixa de imobilizado	2.618	867	2.618	867
Provisão perda/(ganho) de estoque	-	-	644	3.180
Provisão de IPTU e seguros	5.622	6.660	5.834	6.711
Atualização depósito vinculado	(3.641)	(3.743)	(3.641)	(3.743)
Atualização depósito judicial	(2.854)	781	(2.563)	757
Custo de transação	2.034	2.102	2.034	2.102
Resultado de equivalência patrimonial	23.814	66.078	-	-
Atualização dos <i>royalties</i>	1.031.326	(73.887)	1.031.327	(73.887)
Variação cambial	31.742	76.223	31.670	78.200
Juros partes relacionadas	(6.498)	(17.902)	(3.792)	(17.902)
Juros sobre empréstimos	102.049	91.666	121.173	117.583
Outros	5.483	5.470	5.481	22.735
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	242	(9.075)	242	(9.075)
Contas a receber - partes relacionadas	49.883	(254.128)	296.804	(167.697)
Adiantamentos diversos	(9.738)	(30.057)	(29.749)	(30.263)
Títulos remuneração variável PORT11	(18.516)	10.659	(18.516)	10.659
Estoques	(39.511)	(4.468)	53.638	33.852
Depósitos judiciais	(2.831)	(4.482)	(2.429)	(4.508)
Depósito vinculado				
Impostos a recuperar	(50.594)	(45.492)	(50.467)	(46.045)
Adiantamentos de cliente	(111)	-	(111)	-
Adiantamentos de cliente partes relacionadas	14.676	-	-	-
Outros ativos	(6)	-	(6)	-
Fornecedores	33.015	20.674	(69.402)	(15.892)
Impostos e contribuições a recolher	44.462	17.114	42.125	19.875
Outras contas a pagar	(369)	-	(371)	-
Outros valores entre partes relacionadas	35.715	(26)	(39.333)	(25.194)
Encargos trabalhistas	1.520	(296)	1.520	(296)
Juros pagos	(41.877)	(55.787)	(57.153)	(80.027)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	116.821	126.969	226.747	150.013
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(82.350)	(9.511)	(82.350)	(9.511)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(350)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(82.350)	(9.861)	(82.350)	(9.511)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos captados	-	-	558.919	1.370.938
Fiança	(5.043)	(5.714)	(5.043)	(5.714)
Depósito vinculado	5.688	(14.194)	5.688	(14.194)
Empréstimos liquidados	(47.848)	(86.645)	(568.153)	(1.442.234)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(47.203)	(106.553)	(8.589)	(91.204)
Efeitos de conversão				
Variação dos efeitos de conversão	64	64	(219.060)	2.983
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(12.668)	10.619	(83.252)	52.281
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	19.540	949	225.355	58.642
No fim do período	6.872	11.568	142.103	110.923
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(12.668)	10.619	(83.252)	52.281

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Porto Sudeste” ou “Companhia”) foi constituída em 7 de novembro de 2007, objetivando o desenvolvimento de operações de logísticas integradas no setor portuário, notadamente a implantação e operação do Terminal Portuário denominado Porto Sudeste (“Terminal” ou o “Porto Sudeste”). A Companhia está sediada na Rua Félix Lopes Coelho, 222, Ilha da Madeira, Itaguaí, Rio de Janeiro.

A Companhia é composta pela controladora e suas controladas Pedreira Sepetiba Ltda. (“Pedreira”), Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda. (“TCS”), Porto Sudeste VM S.A. (“Porto VM”) e Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

A IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. (“Trafigura”) e EAV Lux 2 S.A.R.L. (“Mubadala”), por meio de investidas no Brasil, são titulares, em conjunto, de 99,35% de participação acionária na Companhia, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações.

Os controladores Trafigura e Mubadala celebraram, em fevereiro de 2014, Acordo de Acionistas que detalha os direitos e deveres de cada acionista controlador.

Situação financeira da Companhia

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo de R\$286.549, será coberto com a geração de caixa gerado dos próximos trimestres, prejuízo no período de R\$1.194.409 (impactado pela atualização dos títulos PORT11, conforme Nota 15) e prejuízos acumulados consolidados de R\$11.067.964, e dessa forma, o patrimônio líquido em 31 de março de 2026 é negativo em R\$8.444.256. A Companhia encerrou o trimestre com uma posição consolidada de caixa de R\$142.103.

A Companhia iniciou suas operações em janeiro de 2016 e desde então vem crescendo seu volume de movimentação anual e expandindo seus serviços para outros granéis. Conseqüentemente, a geração de caixa operacional vem atingindo patamares cada vez mais robustos e superiores as necessidades dos serviços da dívida.

No primeiro trimestre de 2026, a Companhia embarcou aproximadamente 5.757 mil de toneladas de minério de ferro. A Companhia também movimentou outras cargas no período, através do desembarque de 79 mil toneladas de carvão e 4 operações de transbordo de petróleo entre navios atracados (*ship-to-ship*), quantidades ainda pouco representativas quando comparadas ao minério de ferro.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

A performance operacional do Porto Sudeste permitiu geração de excesso de caixa no primeiro trimestre de 2026, o qual foi utilizado para os pagamentos mandatórios de principal e juros das dívidas seniores e pagamento de *cash sweep*, com saldo disponível remanescente a ser distribuído aos detentores dos títulos PORT11 em até 60 dias após o fim do trimestre.

Neste trimestre, a Companhia apresentou prejuízo impactado pelo efeito dos Títulos PORT11 contabilizados no passivo (Nota 15), registrados no passivo e mensurados a valor justo.

Autorização portuária

A Companhia obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em 15 de julho de 2010, a autorização para construção e implantação de terminal marítimo com capacidade para embarque de 50 milhões de toneladas por ano, localizado na Ilha da Madeira, Itaguaí - RJ. No ano de 2014, após concluir a primeira fase das obras de implantação do terminal e obter a respectiva licença ambiental de operação, a Companhia recebeu da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) o Termo de Liberação Operacional (TLO) e a Habilitação ao Tráfego Internacional Marítimo (HTMI), encontrando-se desde então, plenamente autorizada por esta agência reguladora a operar até 2064, renovável mediante a solicitação da ANTAQ, seguindo os procedimentos padrão aplicáveis a terminais privados. Além da liberação da agência reguladora, a operação até 2064 encontra-se devidamente alfandegada e apta para receber mercadorias destinadas à exportação. Quanto ao acesso *offshore*, a dragagem e a derrocagem do canal de acesso ao Terminal e da bacia de atracação foram concluídas no início do ano de 2015.

Com relação à segunda fase do terminal (50 milhões de toneladas por ano), a Companhia concluiu a montagem dos equipamentos em meados de 2015 e, em 12 de novembro de 2015, obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) o TLO número 11/2015, no qual a Companhia é autorizada a dar continuidade à operação parcial do Terminal de Uso Privado, com observância a normas e regulamentos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e adaptações exigidas pela Nova Lei dos Portos.

Quanto à Receita Federal, as áreas do Pátio 06, túnel, píer e pátio 32, encontram-se devidamente alfandegadas.

Em dezembro de 2021, a Companhia concluiu o processo de licenciamento para movimentação de granéis líquidos. Em 2022, a cia realizou suas primeiras operações de transbordo de petróleo na modalidade atracado, atendendo empresas que exploram petróleo no pré-sal.

Em continuidade ao processo de diversificação das operações, no dia 27 de dezembro de 2022, conforme publicado em Diário Oficial, a companhia obteve junto à Agência Nacional de

Transportes Aquaviários - ANTAQ, o Termo de Licença de Instalação (TLI), que permite a construção e implantação para expansão da capacidade do terminal marítimo, de 50 milhões de toneladas adicionais por ano de granéis líquidos, totalizando 100 milhões de toneladas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras

a) Informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações financeiras intermediárias condensadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações financeiras intermediárias condensadas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações financeiras intermediárias condensadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, individuais e consolidadas.

Em 14 de maio de 2026, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas.

b) Base de preparação e mensuração

As informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional

Com o início das operações em primeiro de janeiro de 2016, a Companhia e suas subsidiárias passaram a auferir receitas substancialmente denominadas em dólares norte-americanos. Desta forma, sua moeda funcional foi alterada do Real para o Dólar norte-americano. Em atendimento à legislação brasileira e de acordo com o pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as informações financeiras intermediárias condensadas estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Reais), sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio de fechamento do período, as contas de resultado pela taxa de câmbio na data da ocorrência e o patrimônio líquido pelo valor histórico de formação. O efeito da conversão para a moeda de apresentação é apresentado no patrimônio líquido como “Ajustes acumulados de conversão”.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

d) Consolidação

As informações financeiras intermediárias condensadas consolidadas incluem a Companhia e as seguintes controladas:

	Participação - %				Localização da sede	Atividade principal
	Capital social		Capital votante			
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025		
Controladas diretas						
Pedreira	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Extração e britamento de pedras
TCS	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Logística
Porto Sudeste VM	100%	100%	100%	100%	Brasil	Detentora de parte dos títulos de <i>royalties</i>
Porto Sudeste Exportação	100%	100%	100%	100%	Brasil	Compra e venda de minério

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis

As políticas contábeis adotadas na elaboração destas informações financeiras intermediárias condensadas são uniformes àquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

As informações financeiras intermediárias e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para demonstrações financeiras anuais. Portanto, essas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2025.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários	6.870	19.539	8.004	20.637
Numerário em trânsito	-	-	28.277	94.591
Equivalentes de caixa	2	1	105.822	110.127
	6.872	19.540	142.103	225.355

A Companhia investe em Renda Fixa, portfólios CDB e Compromissadas, em instituições financeiras de primeira linha às quais mantém relacionamento vinculados a taxas pós-fixadas, com rentabilidade média vinculada ao DI ("CDI"), sem carência e com liquidez imediata.

Os investimentos do caixa são realizados em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remunerados de 50% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Há ainda uma parcela do caixa em aplicações automáticas das contas correntes sendo remunerado a 10% do CDI.

O saldo de caixa apresentado na visão consolidada está relacionado, principalmente, às atividades

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

comerciais, impulsionadas pelas linhas de crédito para capital de giro utilizadas pela Porto Sudeste Exportação para a compra de minério de ferro. Consequentemente, a posição de caixa ao final do trimestre pode sofrer flutuações de acordo com as entregas diárias.

O numerário em trânsito se refere aos valores em dólares recebidos de exportações que ainda serão convertidos para reais antes de serem creditados nas contas bancárias.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Serviço portuário	78.602	78.882	78.602	78.882
	78.602	78.882	78.602	78.882

Os montantes em aberto com terceiros em 31 de março de 2026 foram substancialmente recebidos até o mês de abril de 2026. A administração não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Brita	-	-	1.361	1.435
Minério de ferro	-	-	16.250	51.985
Almoxarifado	145.230	110.438	145.230	110.438
	145.230	110.438	162.841	163.858

Os estoques de minério de ferro se referem às atividades de comercialização, representando os volumes adquiridos pela Porto Sudeste Exportação que estão sendo consolidados e misturados no pátio de estocagem do terminal portuário enquanto aguardam embarque e exportação. Em contrapartida, o almoxarifado se refere a equipamentos e materiais utilizados em operações, manutenção e projetos. O saldo de março de 2026 aumentou devido aos materiais que serão alocados para a construção do berço Dolphin.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Contas reservas BNDES e Bradesco (a)	108.275	110.322	108.275	110.322
	108.275	110.322	108.275	110.322

- (a) Em 31 de março de 2026, a Companhia manteve praticamente o mesmo saldo das Contas de Reserva dos contratos de financiamento vigentes com o BNDES e o Bradesco – BNDES Repasse, no montante de R\$ 108.275. Esse valor corresponde a 100% da obrigação com vencimento previsto para 31 de março de 2026 (duas vezes o valor do serviço da dívida). O saldo das Contas de Reserva é remunerado em 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
IRPJ antecipado (a)	41.691	41.691	44.746	44.747
PIS e COFINS (b)	50.537	36.946	50.537	36.946
IRRF sobre aplicações financeiras (c)	2.305	2.059	5.582	5.462
Impostos retidos	6.972	7.133	7.001	7.161
	101.505	87.829	107.866	94.316
Circulante	101.505	87.829	104.812	91.262
Não circulante	-	-	3.054	3.054

- (a) Saldo de IRPJ e CSLL verificado ao final do ano calendário, após contrapor IRPJ e a CSLL antecipados com IRPJ e CSLL apurado ao final do ano calendário. Será solicitado a restituição dos valores, após a entrega da ECF de 2026.

- (b) Créditos de PIS e de COFINS decorrente da prestação de serviços portuários.

- (c) O saldo referente ao crédito de imposto de renda retido na fonte (IRRF) é decorrente do imposto incidente sobre os resgates de aplicações financeiras.

9. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Despachos aduaneiros	-	594	-	594
Combustível	2.939	1.511	2.939	1.511
Terrenos (a)	-	16.151	-	16.151
Seguros (b)	16.196	-	16.196	-
Serviços	14.204	15.415	14.204	15.415
Máquinas e equipamentos (c)	5.792	863	5.792	863
Outros	1.250	2.682	1.250	2.682
	40.381	37.216	40.381	37.216

- (a) Valor pago ao proprietário do terreno, compensado com contas a pagar no exercício de 2026.

- (b) A PSB, conforme prática usual, efetua o pagamento dos custos de seguros no início do exercício, apropriando-os ao resultado de forma mensal ao longo do período, razão pela qual o saldo em 31 de dezembro de 2025 é nulo.

- (c) Adiantamentos a fornecedores referentes à aquisição de equipamentos destinados à construção do berço Dolphin.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Investimentos

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Pedreira Sepetiba Ltda.

Constituída em 21 de junho de 1989, possui como objeto social a realização de exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e comercialização de seus derivados, comercializar materiais de construção em geral, prestar serviços de transporte de cargas, de engenharia civil, incorporação e construções.

TCS - Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda.

Constituída em 31 de janeiro de 1989, possui como objeto social a prestação de todos os serviços inerentes a um terminal para contêineres, visando à concentração e distribuição de cargas com as respectivas movimentações de embarque, desembarque e despachos para as suas destinações finais, prestação de serviços de transporte de contêineres dos navios; e afretamento de ou arrendamento de navios, barcas e equipamentos nacionais ou estrangeiros; bem como prestar os serviços inerentes aos de zona alfandegária, a ser implantada na área do terminal mediante concessão das autoridades fazendárias.

Porto Sudeste V.M. S.A.

Constituída em 16 de julho de 2013, possui como objeto social de participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A Porto V.M. foi criada com o principal objetivo de receber parte dos títulos de *royalties* como parte da operação de compra do Porto pelos atuais acionistas, conforme detalhado na Nota 14.

Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

Possui como objeto social a exportação e importação de minério de ferro, pelotas de ferro, ferro gusa e subprodutos.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação dos investimentos

	31/12/2025	Equivalência patrimonial (*)	Efeito da conversão reais	31/03/2026
Pedreira	19.034	(225)	(962)	17.847
TCS	31.001	(163)	(1.590)	29.248
Porto VM	313	(94)	(16)	203
	50.348	(482)	(2.568)	47.298

	31/12/2025	Equivalência patrimonial (*)	Efeito da conversão para reais	31/03/2026
Porto Sudeste Exportação	(182.928)	(23.332)	16.212	(190.048)
	(182.928)	(23.332)	16.212	(190.048)

(*) Em 31 de março de 2026 a Companhia reconheceu um resultado negativo de equivalência patrimonial totalizando R\$23.814 de todas as empresas apresentadas acima.

	31/03/2026						
	Participação	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do período
Pedreira	99,98%	49.001	17.862	15	17.847	-	(225)
TCS	99,98%	3.447	2.268	-	2.268	-	(163)
Porto V.M.	100%	-	87.116	86.913	203	-	(94)
Porto Sudeste Exportação	100%	-	1.050.390	1.240.438	(190.048)	1.051.519	(23.332)

	31/12/2025						
	Participação	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Líquida	Resultado do período
Pedreira	99,98%	49.001	19.050	16	19.034	66	456
TCS	99,98%	3.447	2.558	-	2.558	-	(327)
Porto V.M.	100%	-	87.439	87.126	313	-	(366)
Porto Sudeste Exportação	100%	-	1.350.403	1.533.331	(182.928)	5.983.702	(30.818)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas

31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Imobilizado

	Consolidado						Total
	Instalações	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento (*)	Edificações e benfeitorias	Outros	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	483.524	1.844.073	192.733	71.502	6.650.203	62.396	9.304.431
Adições	68	460	24.359	51.642	-	5.821	82.350
Baixa	-	-	-	-	-	(2.618)	(2.618)
Efeito da conversão para reais	(24.871)	(94.852)	(10.638)	(4.215)	(342.034)	(3.454)	(480.064)
Saldo em 31 de março de 2026	458.721	1.749.681	206.454	118.929	6.308.169	62.145	8.904.099
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(255.197)	(679.103)	-	-	(1.438.931)	(19.771)	(2.393.002)
Depreciação no período	(9.892)	(28.489)	-	-	(31.545)	(860)	(70.786)
Efeito da conversão para reais	13.088	34.822	-	-	73.888	1.015	122.813
Saldo em 31 de março de 2026	(252.001)	(672.770)	-	-	(1.396.588)	(19.616)	(2.340.975)
Saldo líquido em 31 de março de 2026	206.720	1.076.911	206.454	118.929	4.911.581	42.529	6.563.124
Consolidado							
	Instalações	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento	Edificações e benfeitorias	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	480.967	1.951.895	204.715	139.673	7.484.017	70.310	10.331.577
Adições	8	9.743	10.839	107.642	-	14.652	142.884
Baixa	-	(767)	-	(4.050)	-	(13.653)	(18.470)
Transferências	52.101	97.107	-	(149.116)	-	(92)	-
Efeito da conversão para reais	(49.552)	(213.905)	(22.821)	(22.647)	(833.814)	(8.821)	(1.151.560)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	483.524	1.844.073	192.733	71.502	6.650.203	62.396	9.304.431
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(211.924)	(622.658)	-	-	(1.469.068)	(18.488)	(2.322.138)
Depreciação no período	(67.848)	(127.676)	-	-	(135.127)	(3.391)	(334.042)
Baixa	-	767	-	-	-	13	780
Efeito da conversão para reais	24.575	70.464	-	-	165.264	2.095	262.398
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(255.197)	(679.103)	-	-	(1.438.931)	(19.771)	(2.393.002)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	228.327	1.164.970	192.733	71.502	5.211.272	42.625	6.911.429

(*) Até 31 de março de 2026, foram capitalizados diversos projetos tais como investimentos realizados na construção do berço ("Dolphins"), reforço das estruturas das correias transportadoras e muro de contenção.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Depreciação e amortização

É constituída depreciação e amortização para todo o imobilizado com exceção de terrenos, que não são depreciados. As taxas de depreciação e amortização são baseadas na vida útil estimada dos bens ou com base no volume produzido, como segue:

- Edificações e benfeitorias - 10 a 50 anos
- Instalações - 5 a 50 anos
- Máquinas e equipamentos - 1 a 30 anos
- Outros - 1 a 15 anos

Teste de valor recuperável para os ativos imobilizados

Durante o primeiro trimestre de 2026, a Administração realizou uma avaliação a fim de determinar se existem indicadores de que algum ativo pudesse estar acima do valor recuperável, e não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

A metodologia do fluxo de caixa descontado utilizada pela Companhia está fundamentada em conceitos que consideram recursos financeiros que serão gerados no futuro pela unidade geradora de caixa ("UGC"), descontados a valor presente, para refletir o tempo, o custo de oportunidade e os riscos associados. A taxa de desconto utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 6,96%. Essas projeções baseiam-se no plano de negócios da Companhia, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, operações com outros granéis sólidos e líquidos, expectativas de preços de *commodity*, entre outros.

12. Intangível

	<u>Autorização portuária</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.174.683
Amortização	(168.928)
Efeito da conversão para reais	<u>(1.466.394)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	11.539.361
Amortização	(32.793)
Efeito da conversão para reais	<u>(593.614)</u>
Saldo em 31 de março de 2026	<u>10.912.954</u>

A autorização para operador portuário é amortizada pelo prazo de 50 anos levando em consideração o volume operado.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis com vida útil definida

Durante o primeiro trimestre de 2026, a Companhia realizou uma avaliação a fim de determinar se existem indicadores que a licença pudesse estar acima do valor recuperável. Após testes realizados, conforme mencionado na Nota 11, a Administração não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis com vida útil definida.

A taxa de desconto utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 6,96%.

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Energia elétrica (a)	45.135	43.288	45.135	43.288
Serviços e materiais	65.744	93.573	65.757	93.633
Máquinas e equipamentos (b)	44.014	-	44.014	-
Minério (c)	-	-	89.692	98.283
Terreno (d)	9.663	-	9.663	-
Frete ferroviário	-	-	4.990	6.828
Outros	813	60	813	62
	165.369	136.921	260.064	242.094
Circulante	122.837	95.868	217.532	201.041
Não circulante	42.532	41.053	42.532	41.053

- Em abril de 2024, ocorreu o julgamento do Tema 986 pelo STJ que alterou entendimento consolidado neste tribunal, para autorizar a inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd) na base de cálculo do ICMS na fatura de energia elétrica, suportada pelo consumidor final, cativo ou livre, então, a Companhia decidiu por reconhecer o débito no montante acumulado de aproximadamente R\$42,500, valores estes pagos através de depósito judicial. Ressaltamos que o aludido tema poderá sofrer nova revisão, por ocasião do julgamento da ADI 7195 pelo STF, especialmente para o período de 07/2022 e competências subsequentes na vigência da Lei Complementar nº 194/2022.
- No primeiro trimestre de 2026, a Companhia iniciou a aquisição de equipamentos destinados à instalação do berço Dolphin, após a conclusão dos trabalhos de dragagem, bem como para a implantação da segunda linha de descarga conectada ao pátio 32, a qual permitirá o envio simultâneo de minério a partir de ambos os descarregadores de vagões.
- Pagamentos efetuados pela Porto Sudeste Exportação a mineradores, referentes à aquisição de minério de ferro destinado às atividades comerciais da Companhia
- Valor remanescente referente à aquisição do terreno, a ser liquidado em parcelas trimestrais até abril de 2027.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos por moeda

	Consolidado			
	Passivos circulantes		Passivos não circulantes	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Contratos em dólares norte-americanos				
Principal	991.266	999.084	2.922.898	3.102.203
Encargos	30.688	28.145	2.006.718	2.036.446
Custo de transação	(3.855)	(4.065)	(8.630)	(9.888)
	1.018.099	1.023.164	4.920.986	5.128.761
Contratos em reais				
Principal	27.630	28.404	1.445.946	1.486.491
Encargos	8.320	5.402	-	-
Custo de transação	(8.878)	(9.359)	(91.792)	(99.298)
	27.072	24.447	1.354.154	1.387.193
	1.045.171	1.047.611	6.275.140	6.515.954

Parte do passivo circulante de contratos denominados em dólares norte-americanos refere-se aos contratos de ACC/ACE tomados junto aos credores Itaú, Citibank, ABC Brasil, Santander, entre outros, pela subsidiária Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A, para a realização da compra do minério de ferro a ser exportado. Já o passivo circulante de contratos denominados em reais e parte dos denominados em dólares norte-americanos referem-se aos juros calculados de 16 de março de 2026 até 31 de março de 2026 dos contratos de financiamento com os credores BNDES e Bradesco, e são devidos de pagamento em 15 de junho de 2026. Adicionalmente, os passivos circulantes das dívidas em reais e em dólares norte-americanos também se referem aos montantes previstos para amortizações mandatórias de principal trimestrais da dívida sênior entre abril de 2026 e março de 2027.

Os contratos de financiamento *seniors* com os credores BNDES e Bradesco tem prazo de amortização de março de 2024 a dezembro de 2036, e Deutsche Bank, Natixis e BTG de março de 2024 a dezembro de 2029, tendo o período de carência de pagamento de principal aos credores *seniors* encerrado em 31 de dezembro de 2023. Nesses contratos existe o dispositivo de *cash sweep* vigente e estipula que, no caso de existir saldo de caixa após o pagamento de seus compromissos obrigatórios no trimestre, a Administração deverá distribuir parte do saldo do *cash sweep* gerado como pagamento adicional de principal aos credores seniores. Como estas amortizações estão condicionadas ao saldo futuro de caixa, sendo, portanto, um caixa ainda não realizado, as amortizações que eventualmente ocorrerem nos próximos 12 meses, neste contexto, não constam no passivo circulante da Companhia. O total pago da dívida sênior através de mecanismo de *cash sweep* foi de R\$ 6.924 no primeiro trimestre de 2026.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

As movimentações desses empréstimos e financiamentos são apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	6.577.752	7.222.010	7.563.565	8.339.516
Captação	-	-	558.919	3.690.892
Juros apropriados	102.049	445.812	121.173	548.188
Amortização de principal	(47.848)	(278.573)	(568.153)	(4.007.422)
Amortização de juros	(41.877)	(211.302)	(57.153)	(297.108)
Custos de transação	2.034	8.300	2.034	8.300
Variação cambial / Efeito de conversão de moeda funcional	(256.603)	(608.495)	(300.074)	(718.801)
Saldo Final	6.335.507	6.577.752	7.320.311	7.563.565

Empréstimos por credor

Banco	Indexador/juros	Vencimento	Saldo em	
			31/03/2026	31/12/2025
BNDES	5,51% e 4,51% a.a. + IPCA	15/12/2036	567.028	575.363
BNDES	5,73% e 4,73% a.a. + IPCA	15/12/2036	306.994	311.507
BNDES	3,40% e 2,40% a.a. + Cesta de Moedas	15/12/2036	153.534	164.313
Bradesco - Repasse BNDES	6,73% + IPCA	15/12/2036	300.831	305.284
Bradesco - Repasse BNDES	4,40% e 3,40% a.a. + Cesta de Moedas	15/12/2036	153.509	163.831
Deutsche Bank/Natixis/BTG	4,00% e 3,50% a.a. + SOFR 3 meses	15/12/2029	396.271	440.831
Bradesco/PAV Lux	4,50% a.a. + SOFR 6 meses	15/06/2037	4.570.495	4.739.233
Santander	8,50% a.a.	27/05/2026	48.997	-
Citibank	9,00% a 10,67% a.a.	29/04/2026	416.663	382.469
Daycoval	8,57% a.a.	26/06/2026	7.026	16.290
Itaú	8,54% a 8,92% a.a.	16/06/2026	201.371	313.186
ABC Brasil	6,55% a 8,85% a.a.	16/06/2026	150.284	184.268
C6	8,45% a 8,50% a.a.	30/04/2026	49.587	-
BMG	8,53% a.a.	27/04/2026	27.834	55.836
CCB	7,35% a 7,50% a.a.	14/04/2026	83.042	33.764
			7.433.466	7.686.175
Custos de transação			(113.155)	(122.610)
			7.320.311	7.563.565

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Ano de vencimento		
Até 1 ano	1.057.904	1.061.035
De 2 a 3 anos	380.523	315.215
De 4 a 5 anos	735.769	326.400
Acima de 5 anos	5.259.270	5.983.525
	7.433.466	7.686.175
Custos de transação	(113.155)	(122.610)
	7.320.311	7.563.565

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de março de 2026, as taxas de juros anuais sobre as dívidas são as seguintes:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Dívidas em US\$ - acima de 7,0%	5.951.570	6.165.877
Dívidas em R\$ - 6,1% até 9,3%	307.043	328.144
Dívidas em R\$ - acima de 9,3%	1.174.853	1.192.154
	7.433.466	7.686.175
Custos de transação	(113.155)	(122.610)
	7.320.311	7.563.565

Garantias e outras obrigações

Os contratos de empréstimos e financiamentos da companhia são garantidos por instituições financeiras de primeira linha (fiança bancária), bem como também pelos acionistas controladores (“*Parent Company Guarantees*”, “*Standby Letters of Credit*” e depósitos à vista), além da alienação fiduciária dos bens e do fluxo de caixa de recebíveis.

Considerando que nos contratos de financiamentos há obrigações financeiras e não financeiras a serem cumpridas, destacam-se: (a) utilização da estruturação “*waterfall*” de contas correntes; (b) após o período de carência, composição de saldo mínimo em Conta Reserva em, no mínimo, 2 vezes o valor do último pagamento de serviço da dívida; (c) após atingimento do “*Completion*” Financeiro, manutenção do “*covenant*” de índice de cobertura da dívida (DSCR) acima de 1,3 para os contratos de financiamento BNDES e Bradesco e acima de 1,15 para os contratos CESCE; (d) apresentação dos demonstrativos de resultados auditados; e (e) manutenção dos seguros operacionais.

Os “*covenants*” foram atendidos em 31 de março de 2026, considerando as regras dos contratos de financiamento vigentes junto ao Deutsche Bank, Natixis e BTG. A partir de julho de 2026 os “*covenants*” deverão ser atendidos considerando também as regras dos contratos de financiamentos vigentes junto ao BNDES e Bradesco.

Efeito da conversão para reais

A taxa de câmbio do dólar norte-americano reduziu 5,14% no período, passando de R\$5,5024/US\$ em 31 de dezembro de 2025 para R\$5,2194/US\$ em 31 de março de 2026, impactando o saldo da dívida em dólares norte-americanos que em 31 de março de 2026 representava 80,06% do endividamento total.

Custos de transação

Os custos de emissão da dívida referem-se a honorários legais externos e a comissões de fianças bancárias. Esses custos foram lançados como redutores do passivo.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Refinanciamento da Dívida Sênior

Em 14 de abril e 02 de junho de 2021, a Companhia finalizou o 2º refinanciamento das dívidas “seniors” relacionadas aos contratos de financiamento junto aos credores BNDES e Bradesco, e CESCE/Natixis/BTG, respectivamente. Estes refinanciamentos incluíram, entre outros: (a) atualização do indexador de TJLP para TLP/IPCA; (b) extensão do período de carência de principal até 31 de dezembro de 2023; (c) extensão do prazo de vencimento até 15 de dezembro de 2036 para os contratos BNDES e Bradesco, e até 15 de dezembro de 2029 para os contratos CESCE/Natixis/BTG; (d) alteração da periodicidade de pagamento de amortização e juros de mensal para trimestral; (e) alteração do cronograma de amortizações de constante para não linear; (f) manutenção do mecanismo de “cash sweep” nos mesmos termos durante o período de carência e com limitadores relacionados ao nível de alavancagem e cronograma pré-refinanciamento após o período de carência; e (g) atualização de certos indicadores e “covenants”.

15. Títulos de remuneração variável (“royalties”)

Em fevereiro de 2014, IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. (“Trafigura”) e a EAV Lux 2 S.A.R.L. (“Mubadala”), por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, adquiriram o controle da Porto Sudeste, até então exercido pela MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX”).

O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigura e pela Mubadala previa, entre outros, que a Companhia assumiria, direta ou indiretamente, obrigações relativas aos títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX, negociados na B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO (“B3”) sob o *ticker* MMXM11 (“Títulos MMXM11”). Nesse contexto, a Porto Sudeste emitiu, em 26 de fevereiro de 2014, Títulos Perpétuos de Remuneração Variável (“TPRV”), em termos similares aos Títulos MMXM11 (“PORT11”), os quais foram integralmente subscritos na mesma data pela MMX. O contrato de investimento também previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos PORT11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos MMXM11 (“Oferta de Permuta”). Para implementação de tal Oferta de Permuta, foram utilizados dois veículos diferentes, de forma a atingir a totalidade dos detentores dos Títulos MMXM11:

- (i) Porto Sudeste Royalties FIP-IE (“PSR”): um fundo de investimento em participações em infraestrutura, o qual, na ocasião da oferta, detinha em sua carteira, exclusivamente, Títulos PORT11 - sendo que cada Título PORT11 devido pelo PSR correspondia a uma quota. As quotas do PSR foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadravam como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tinham restrições para deter quotas do PSR;

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

- (ii) Porto Sudeste V.M. S.A. (“Porto VM”): uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria ‘b’ que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em *royalties*, espelho do Título MMXM11 (os “Títulos PSVM11”), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos PORT11, que não são admitidos para negociação na bolsa). No âmbito da referida Oferta de Permuta, os Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE - como é o caso de alguns fundos de investimento.

Como forma de endereçar a situação dos titulares de MMXM11 que eventualmente não aderissem à Oferta de Permuta, a MMX se manteve titular de Títulos PORT11 na mesma quantidade de Títulos MMXM11 não permutados.

Os detentores dos títulos PORT11 têm direito à remuneração variável trimestral, nos termos definidos na escritura de emissão dos Títulos PORT11 (“Royalties”), apurada desde primeiro de janeiro de 2013, calculada com base na tonelage métrica de minério de ferro ou pelo Valor por Tonelada para demais cargas, conforme o caso, da seguinte forma:

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOG \times VpTDC)] \times FP$$

Em que:

R = royalties devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelage Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOG = Tonelage Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelage para Minério de Ferro

VpTDC = Valor por Tonelage para Demais Cargas

FP = Fator proporcional

Para cargas de minério de ferro: os *Royalties* relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$5,00 por tonelada de minério de ferro (“Valor por Tonelage para Minério de Ferro”). Este valor será: (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Para as demais cargas: os *Royalties* relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas, tais como atividades de abastecimento) movimentados no Terminal Portuário (“valor por tonelada para demais cargas”) serão calculados com base na margem da carga. A “margem da carga” (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$5,00 por tonelada embarcada. O valor limite ajustado de US\$5,00 por

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Durante os exercícios de 2013 a 2016, o compromisso de *Royalties* do Porto Sudeste, relativos ao minério de ferro, foi o mínimo entre o volume embarcado em cada período e o volume de *take-or-pay* indicados na tabela abaixo:

Milhões de Toneladas - <i>Take or Pay</i>	2013	2014	2015	2016
TMMF	13,6	31,9	36,8	36,8

De 2017 em diante, o volume de minério de ferro gerador de *Royalties* (TMMF, na fórmula acima) deixou de estar sujeito a um *take-or-pay*, sendo, portanto, simplesmente o volume embarcado. Na tabela a seguir, é possível verificar a tonelagem realizada pelo Porto Sudeste, sendo o início das operações em 2016, após o comissionamento realizado em 2015:

Milhões de Toneladas – Embarcadas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 YTD
TMMF	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,4	26,1	21,9	27,8	5,8
TMOC	-	-	-	-	-	-	0,1	-	-	-	-
Total	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,5	26,1	21,9	27,8	5,8

Como o volume embarcado de minério de ferro em 2016 foi menor do que o volume de *take-or-pay*, o compromisso de *royalties* está baseado neste segundo parâmetro.

Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento dos então correntes *Royalties*, o caixa livre detido pela Porto Sudeste for superior a US\$10 milhões (“Reserva Mínima de Caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a Reserva Mínima de Caixa (“Caixa Livre Disponível”) para pagar aos detentores dos títulos os *Royalties* efetivamente acumulados e não pagos até tal momento (“*Royalties* Acumulados”).

Não há qualquer obrigação da Porto Sudeste de pagar *Royalties*, exceto se houver Caixa Livre detido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível. “Caixa Livre” significa o valor correspondente aos valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste menos a soma de (a) valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES e da conta reserva do serviço da dívida sênior da CESCE, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste exijam provisionamento.

A Porto Sudeste contabiliza os Títulos PORT11 no passivo, com base no valor presente do fluxo de caixa projetado do pagamento dos *royalties*.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

A Porto Sudeste V.M., por sua vez, contabiliza seu direito de receber os *royalties* no ativo, correspondendo à sua parcela sobre o valor dos títulos PORT11, e o respectivo pagamento aos detentores do PSVM11 no passivo.

Neste trimestre houve geração de caixa suficiente para pagamento dos Royalties aos detentores dos Títulos PORT11, mas o efetivo pagamento só ocorrerá em até 60 dias após o fim deste trimestre no montante de R\$ 6.758.

A mensuração desses títulos PORT11 é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de custo do capital de 11,57% ao ano. Essas projeções baseiam-se no Plano de negócios da Porto Sudeste, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, operações com outros granéis sólidos e líquidos, expectativas de preços da *commodity*, entre outros.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Saldo Inicial (a)	20.428.782	22.485.186	20.428.782	22.485.186
Pagamentos (b)	(18.516)	(67.686)	(18.516)	(67.686)
Ajuste a valor presente (c)	566.900	2.268.811	566.900	2.268.811
Efeitos de inflação (d)	58.551	55.800	58.551	55.800
Revisão de premissas (e)	405.875	(1.856.187)	405.875	(1.856.187)
Efeito de conversão (f)	(1.050.121)	(2.457.182)	(1.050.121)	(2.457.182)
Amortização de custos de emissão	3	40	3	40
Total (g)	20.391.474	20.428.782	20.391.474	20.428.782
Circulante	6.758	18.516	6.758	18.516
Não circulante	20.384.716	20.410.266	20.384.716	20.410.266

- (a) Saldo Inicial de *Royalties* de US\$3.712.703 em 31 de dezembro de 2025, que convertidos para Reais totalizou R\$ 20.428.782;
- (b) Neste trimestre houve geração de caixa suficiente para pagamento dos *Royalties* aos detentores dos Títulos PORT11, mas o efetivo pagamento só ocorrerá em até 60 dias após o fim deste trimestre no montante de R\$ 6.758;
- (c) Atualização do saldo do PORT11 a valor presente, correspondente ao efeito do ajuste decorrente da antecipação de um período dos títulos para valor presente, no primeiro trimestre de 2026, no montante de US\$ 109.057 mil que, convertido para reais, totalizou R\$ 566.900 mil, reconhecido como despesa financeira no período;
- (d) Atualização correspondente a ajustes de US PPI na projeção financeira (efeitos inflacionários) no montante de US\$ 11.195, que convertidos para Reais totalizou R\$ 58.551 contabilizados como despesa no resultado financeiro;
- (e) Atualização do valor presente do PORT11 em decorrência de alterações nas premissas operacionais utilizadas na projeção financeira, no montante de R\$ 405.875, reconhecida como despesa no resultado, na rubrica de outras despesas/receitas operacionais. Esse montante, somado a outras despesas no valor de R\$ 262, totaliza o saldo de R\$ 406.137 nessa rubrica da Demonstração do Resultado. O principal efeito da revisão das premissas está relacionado à redução do mix de volume e dos preços de mercado esperados para o exercício de 2026, em comparação com as projeções iniciais.
- (f) Efeito das variações cambiais resultantes da conversão da moeda funcional Dólar norte-americano para a moeda de apresentação Reais que em 31 de dezembro de 2025 era de R\$5,5024 e 31 de março de 2026 era de R\$5,2194 com uma desvalorização de 5,14%;
- (g) Saldo final apurado em US\$ 3.906.861, que convertidos para Reais totalizou R\$ 20.391.474

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Custos de transação

Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R\$ 14.013 mil em 31 de março de 2026 (comparado a R\$ 14.778 mil em 31 de dezembro de 2025), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo.

16. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
ISS	8.083	9.989	9.220	11.925
INSS terceiros	988	814	988	814
ICMS	1.658	2.798	1.658	2.798
IRRF	1.049	1.857	1.050	1.860
PIS e COFINS	26.353	15.146	26.447	15.269
Outros	284	269	284	1.774
	38.415	30.873	39.647	34.440
Circulante	23.721	17.496	24.953	21.063
Não circulante	14.694	13.377	14.694	13.377

17. Partes relacionadas

Os ativos, passivos, receitas e despesas com partes relacionadas são resumidos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
<u>Ativos</u>				
Mineração Morro do Ipê (a)	868.304	864.401	1.068.013	1.013.682
Trafigura PTE (b)	-	-	336.439	385.563
	868.304	864.401	1.404.452	1.399.245
<u>Passivos</u>				
Porto Sudeste Exportação (a)	226.822	127.239	-	-
Trafigura PTE (c)	-	1.867	28.430	15.026
	226.822	129.106	28.430	15.026

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
<u>Receitas</u>				
Trafigura PTE (b)	-	-	1.055.130	1.802.473
Mineração Morro do Ipê (a)	49.319	91.912	49.319	91.912
Porto Sudeste Exportação (a)	36.842	511.760	-	-
	86.161	603.672	1.104.449	1.894.385
<u>Despesas</u>				
Trafigura PTE (c)	-	-	14.930	2.491
	-	-	14.930	2.491

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Na controladora os saldos se refere a contratos de prestação de serviços portuários. No consolidado existe também o pagamento antecipado efetuado pela subsidiária Porto Sudeste Exportação à Mineração Morro do Ipê (“MMI”), referente à aquisição de minério de ferro a ser posteriormente exportado, após a mistura com minérios provenientes de outras mineradoras.

(b) A Porto Sudeste Exportação direciona 100% de suas exportações à Trafigura Pte., nos termos de contrato de venda vigente desde 2023.

(c) Conforme contrato de venda com a Trafigura, a Porto Sudeste Exportação está sujeita a penalidades de sobreestadia relacionadas a atrasos nos embarques, as quais são cobradas por meio de notas de débito, com apuração e liquidação condicionadas à acordo entre as partes. Adicionalmente, em 2025, existia um valor a pagar pela PSB à Trafigura referente a serviços de tecnologia da informação prestados até 2023.

Valores a receber da Mineração Morro do Ipê (“MMI”)

Os valores a receber da MMI referem-se à prestação de serviços portuários realizados pelo Porto Sudeste e encontram-se com aproximadamente dois anos de atraso, em função das restrições de caixa decorrentes do atraso do *ramp-up* da nova usina Tico-Tico. A nova usina de Tico-Tico é dedicada à produção de minério de ferro de alto teor destinado integralmente à exportação via Porto Sudeste. Os juros incidentes estão sendo calculados conforme previsto no contrato vigente de serviços portuários, com taxa média de 13% a.a. em 2026.

A conclusão da fase de *ramp-up* foi revisada e está prevista para 2028, momento em que está programado o início da liquidação desses saldos em aberto. Adicionalmente, a partir de primeiro de janeiro de 2026 foi obtida anuência para aditamento no contrato de prestação de serviços portuários entre a MMI e PSB modificando a tarifa portuária e alterando a taxa de juros, de forma prospectiva, sobre o saldo em atraso em 31 de dezembro de 2025, eliminando o spread de 10% a.a. então incidente sobre a SOFR.

Adicionalmente, conforme previsto no plano de negócios revisado e aprovado pelos acionistas, a MMI contará com suporte financeiro dos acionistas para investimentos em CAPEX e outras obrigações de curto prazo. A previsão conjunta entre as partes é de que a liquidação total dos valores ocorra em um prazo de cinco anos, com possibilidade de antecipação caso a geração de caixa operacional da MMI seja mais favorável do que o atual.

O incremento do saldo no consolidado refere-se a pré-pagamento efetuado pela subsidiária Porto Sudeste Exportação à MMI para compra de minério de ferro. Esses valores são renovados à medida que as entregas e exportações avançam mensalmente.

Cronograma de pagamentos

	31/03/2026
Ano de vencimento	
Até 1 ano	10.858
De 2 a 3 anos	94.017
De 4 a 5 anos	382.893
Acima de 5 anos	380.536
	868.304

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Cessão e assunção de dívida

Conforme descrito na Nota 14, o Itaú Unibanco S/A - Nassau Branch cedeu todos os seus direitos e obrigações decorrentes de contrato de empréstimo para a PAV LUX S.Á.R.L., empresa do grupo Mubadala, controlador em conjunto da Companhia. Dessa forma, a PAV LUX S.Á.R.L. passou a deter 46,41% do valor total deste contrato, ou seja, US\$ 403.024 equivalentes a R\$ 2.103.545 em 31 de março de 2026.

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram calculados à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido, no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração.

A tabela abaixo demonstra os créditos fiscais diferidos, líquidos, da Companhia, não registrados, entretanto, contabilmente, considerando que o Porto ainda se encontra em período de *ramp-up* e ainda sem expectativa de geração de lucros tributáveis no curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Impostos diferidos ativos (passivos)	1.886.403	1.838.849	1.945.536	1.891.829
Prejuízos fiscais	679.105	661.986	700.393	681.059
Base negativa de contribuição social				
Amortização da licença	180.734	175.323	180.734	175.323
Atualização dos <i>royalties</i>	764.905	482.978	764.905	482.978
Efeito no imobilizado e intangível oriundo da mudança de moeda funcional (a)	(1.388.526)	(1.804.297)	(1.467.707)	(1.804.296)
Variação cambial sobre os <i>royalties</i> e empréstimos (b)	1.242.756	1.689.710	1.225.885	1.681.554
Outros	21.763	19.747	25.683	22.149
Total de créditos fiscais diferidos (<u>não registrados contabilmente</u>)	3.387.140	3.064.296	3.375.429	3.130.596

(a) Considerando que a moeda funcional da Companhia é o Dólar e, ainda, a valorização do Dólar comparada ao Real em 2025, a base fiscal do imobilizado e intangível ficou significativamente inferior a respectiva base contábil, gerando, portanto, um passivo fiscal diferido.

(b) Embora a moeda funcional da Companhia seja o Dólar, para fins fiscais, a Companhia reconhece a variação cambial correspondente, cuja receita será tributada, ou despesa dedutível, quando da liquidação da obrigação.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Conciliação da despesa calculada pelas alíquotas fiscais e valores no resultado do período

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	34.692	-	34.692
Imposto de renda e contribuição social diferidos	92.072	-	66.935	-
	92.072	34.692	66.935	34.692
Reconciliação:				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.194.409)	241.865	(1.194.409)	241.865
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(406.099)	82.234	(406.099)	82.234
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	25.137	9.583	-	-
Juros <i>Thin Cap</i>	1.171	21.334	1.171	21.334
Ajustes de conversão do balanço em moeda funcional	471.881	732.342	471.881	732.342
Outros	(18)	(810.801)	(18)	(801.218)
Impostos diferidos <u>não registrados do período (a)</u>	92.072	34.692	66.935	34.692

(a) A Companhia apurou no período R\$ 66.935 de impostos diferidos não registrados contabilmente.

19. Provisão de contingências

A Companhia e suas controladas em 31 de março de 2026, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis, as quais foram provisionadas:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Contingências tributárias	6.804	6.712
Contingências trabalhistas	2.747	2.089
Total	9.551	8.801

a) Tributárias

Refere-se, principalmente, a embargos de terceiros apresentados pela Porto Sudeste do Brasil em desfavor do Governo Federal (União) para recuperar um investimento de renda fixa (CDB) perante o Banco Itaú, que foi penhorado por uma ação iniciada pela União contra a MMX. Tal CDB foi comprado pela Porto Sudeste em conformidade a um contrato de compra de terreno celebrado pela Porto Sudeste para servir como garantia e pagamento contingente. O valor provisionado desta causa monta em R\$ 6.804.

b) Trabalhistas

Provisões referentes a ações envolvendo ex-empregados próprios e de empresas prestadoras de serviço através das quais pleiteiam-se verbas trabalhistas e previdenciárias diversas de 2015 a 2026, no montante atualizado de R\$ 2.747.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Causas possíveis

Há 242 ações indenizatórias movidas contra a Porto Sudeste e outras quatro empresas que atuam na região por grupos de pescadores residentes na área da Baía de Sepetiba, pleiteando supostos danos ambientais, em razão das fiscalizações realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Itaguaí no início do ano de 2021. Os processos foram distribuídos inicialmente para a 1ª e 2ª Varas Cíveis da Comarca de Itaguaí e para o 4º Núcleo de Justiça Digital - Ambiental. Em resumo, os autores alegam que as atividades desenvolvidas pelas rés teriam causado danos ao meio ambiente, em especial à qualidade da água na Baía de Sepetiba, o que prejudicaria as atividades de pesca desempenhada por eles.

Cada pescador requer danos materiais e danos morais, além de outros pedidos ilícitos, tais como medidas de assistência comunitária e apoio à pesca. Em caso de decisão favorável aos autores, a responsabilidade ambiental é objetiva e solidária entre todos os réus. O valor total das ações é de R\$ 167 milhões, considerando 5 ou 3 réus em cada ação, sendo de aproximadamente R\$ 42 milhões o valor equivalente a Porto Sudeste, caso seja proferida sentença condenando todos os réus aos pedidos formulados pelos autores na mesma proporção, o que não é garantido em razão da responsabilidade objetiva e solidária explicada acima.

Até o presente momento, foram proferidas 181 sentenças em primeira instância, montante que representa mais da metade dos casos existentes. Dentre essas decisões, apenas 28 foram proferidas sem resolução de mérito, com as demais sentenças reconhecendo, em sua totalidade, a improcedência dos pedidos formulados. No mérito dessas decisões, o juiz concluiu pelo reconhecimento da ausência de comprovação de degradação ambiental ou de prejuízos à atividade pesqueira causados pelas rés.

Atualmente, os autores vêm interpondo recursos contra as sentenças favoráveis à PSB. Até o presente momento, foram proferidas 42 decisões colegiadas, em sua maioria por votação unânime. Dentre essas 42 decisões, 21 já transitaram em julgado, tornando-se irrecorríveis. Ademais, foram proferidas 8 decisões nas quais o TJRJ determinou o retorno dos autos à 1ª instância para a realização de perícia ambiental, as quais ainda estão sujeitas a recurso por parte da PSB.

Nas decisões favoráveis, foram destacados pontos como a ausência comprovação da condição de pescador por parte dos autores, bem como a inexistência de comprovação de danos às atividades de pesca. Destacou-se, ainda, que existem pareceres técnicos do INEA juntados aos autos, os quais atestam a regularidade ambiental das atividades das rés, a existência de licenciamento ambiental vigente e a ausência de constatação de danos ambientais relevantes ou de influência negativa capazes de afetar a qualidade da água da Baía de Sepetiba.

O risco das ações ainda é classificado como “possível” pelos advogados externos, em razão do número de recursos ainda pendentes de julgamento em segunda instância.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Há também uma Ação Civil Pública ajuizada em maio de 2024 em face da Porto Sudeste e outras quatro empresas da região pela Colônia de Pescadores Z-14. Assim como nas ações indenizatórias individuais movidas por pescadores, a associação autora pleiteia indenização por supostos danos ambientais que teriam sido apurados durante as fiscalizações realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Itaguaí no início do ano de 2021.

Requerem danos materiais no valor de R\$ 38 mil e danos morais de R\$ 20 mil para cada pescador associado, cuja estimativa é de aproximadamente 500 pescadores, então, o valor envolvido da ação poderá se aproximar de R\$ 39 milhões, no entanto, ao considerarmos 5 réus na ação, caso seja proferida sentença condenando todos os réus aos pedidos formulados pela associação autora na mesma proporção, o que não é garantido, o valor equivalente à PSB é de aproximadamente R\$ 7,8 milhões. Considerando que o processo está em fase inicial, já que a Porto Sudeste e as demais rés ainda não foram formalmente intimadas para responder ao processo, o risco foi classificado como “possível”.

Há ainda um Auto de Infração e Imposição de Multa referentes à lançamentos de ofício, lavrados em 03 de janeiro de 2023, por meio do Auditor Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o qual exige no âmbito do respectivo Procedimento Fiscal, o pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, no montante de R\$ 7,8 milhões, e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), no montante de R\$ 2,8 milhões, ambas autuações relacionadas à supostos (i) omissões de receita decorrente de cancelamentos não comprovado de Notas Fiscais de vendas; e (ii) omissões de receita. Após a apresentação da impugnação administrativa, foi proferido acórdão que julgou parcialmente procedente para a empresa. Atualmente, aguarda-se a decisão do CARF em relação ao recurso voluntário interposto sobre o tema. O processo se encontra em análise pela contraparte e foi classificado pelos nossos advogados como “possível”.

Por fim, há também um procedimento arbitral instaurado em março de 2024 pela empresa Engeko contra o Porto Sudeste referente a realização de obras civis e drenagem de pátios. No curso da execução do contrato teriam surgido “diversas questões supervenientes” que supostamente teriam onerado a Engeko. O procedimento está em fase de produção de provas e o valor envolvido é de aproximadamente R\$ 10 milhões, o risco foi classificado como “possível”.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
<u>Tributários (a)</u>	123.747	118.065	123.747	118.065
Principal	91.258	88.409	91.258	88.409
Juros	32.489	29.656	32.489	29.656
<u>Cíveis</u>	-	-	81	773
Principal	-	-	51	427
Juros	-	-	30	346
<u>Trabalhistas</u>	246	243	246	243
Principal	220	220	220	220
Juros	26	23	26	23
	123.993	118.308	124.074	119.081

- (a) Depósito em juízo mensal relativos à incidência do ICMS sobre as tarifas energéticas TUSD (Tarifa de uso do sistema de distribuição de energia elétrica e TUST (Tarifa de uso do sistema de transmissão de energia elétrica), pois, a Companhia com o auxílio dos assessores externos entende que esta tributação não é devida. Estes depósitos montam em aproximadamente R\$ 55 milhões, além de haver Depósito judicial com o objetivo de discutir a não inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS, assim como a ilegalidade dos pagamentos efetuados. A companhia realiza depósitos mensais conforme apuração para manter os valores resguardados, nos termos do art. 151, II, do CTN. Estes depósitos montam em R\$ 57 milhões.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Porto Sudeste tem a seguinte composição em 31 de março de 2026:

<u>Quotistas</u>	<u>Quantidade de quotas</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
PSA Fundo de Investimentos e Participações	1.103.528.450	3.128.124	99,35
Porto Sudeste Participações S.A. ("Grupo MMX")	6.336.766	17.946	0,57
Gaboard Participações Ltda.	876.275	2.520	0,08
Total	<u>1.110.741.491</u>	<u>3.148.590</u>	<u>100</u>

b) Ajustes acumulados de conversão

Representados pelo registro contábil das variações cambiais resultantes da conversão de ativos, passivos e resultado da moeda funcional Dólar norte-americano para a moeda de apresentação Reais em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 02.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Receita líquida de bens e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receita bruta prestação de serviço (a)	258.388	701.548	221.546	189.788
Receita bruta venda de minério (b)	-	-	1.051.519	2.041.605
Receita bruta venda de brita	-	-	-	90
	258.388	701.548	1.273.065	2.231.483
(-) Deduções sobre vendas				
ISS	(12.561)	(34.075)	(12.561)	(34.075)
PIS	(3.783)	(10.646)	(3.783)	(10.646)
ICMS	(3)	(22)	(3)	(41)
COFINS	(17.424)	(49.036)	(17.424)	(49.039)
Receita líquida	224.617	607.769	1.239.294	2.137.682

Visão geral das transações entre a PSB e a PSE:

A PSB detém o controle integral da PSE, empresa responsável pelas operações de exportação de minério de ferro. A tarifa portuária cobrada pela PSE é determinada com base na diferença entre o preço de exportação da carga e os demais custos incorridos para viabilizar o embarque do minério, incluindo custos operacionais, logísticos e tributários.

Efeito da recuperação de tributos no primeiro trimestre de 2025:

No período de outubro de 2019 a junho de 2024 (do quarto trimestre de 2019 ao segundo trimestre de 2024), a PSE incorreu em custos tributários relacionados às tarifas portuárias, os quais foram objeto de recuperação de tributos concluída em janeiro de 2025. O montante total recuperado, de aproximadamente R\$ 243 milhões, inicialmente reconhecido como outras receitas, foi integralmente convertido em tarifas portuárias da PSE para a Companhia. Em decorrência dessa recuperação, a Companhia reconheceu, em fevereiro de 2025, receita de tarifas portuárias no mesmo montante, correspondente ao valor retroativo das tarifas anteriormente pagas pela PSE. Considerando que se trata de transação entre partes relacionadas, eliminada no processo de consolidação, não houve impacto material nos resultados consolidados da Companhia.

(a) A PSB vem ampliando a prestação de serviços portuários diretamente às mineradoras com as quais mantém contratos de longo prazo.

(b) As receitas da PSE (atividade de comercialização) apresentaram redução no primeiro trimestre de 2026, em função do menor volume movimentado, impactado pelas fortes chuvas ocorridas nos meses de janeiro e fevereiro, bem como pela redução dos preços de mercado, especialmente influenciados pelo aumento das tarifas de frete marítimo.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Custo dos produtos vendidos (*)	-	-	(1.004.418)	(1.809.684)
Custos com materiais	(15.263)	(14.892)	(15.263)	(15.062)
Provisão perda de estoque	-	-	(644)	(3.180)
Utilidades	(8.003)	(8.662)	(8.003)	(8.662)
Depreciação e amortização	(103.222)	(120.945)	(103.226)	(120.948)
Aluguel de equipamentos	(1.434)	(9.169)	(1.434)	(9.169)
IPTU / Seguros	(4.982)	(6.232)	(4.982)	(6.283)
Serviços com terceiros	(40.230)	(30.391)	(40.265)	(30.446)
Salários	(31.516)	(24.422)	(31.516)	(24.422)
Demurrage	-	-	(14.936)	(2.491)
Outros	(3.928)	(2.611)	(4.494)	(2.606)
	(208.578)	(217.324)	(1.229.181)	(2.032.953)

(*) Refere-se substancialmente ao minério de ferro comprado para revenda mais custos diretos, tais como frete. Menor volume de compras no primeiro trimestre de 2026, devido às fortes chuvas de janeiro e fevereiro, o que também se refletiu na redução das receitas comerciais.

24. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Serviços com terceiros	(7.526)	(8.594)	(7.720)	(8.722)
Salários	(12.522)	(11.374)	(12.531)	(11.385)
Manutenção e conservação	(1.212)	(835)	(1.212)	(835)
Depreciação e amortização	(353)	(373)	(353)	(373)
IPTU / Seguros	(640)	(428)	(852)	(428)
Outros	(568)	(411)	(632)	(452)
	(22.821)	(22.015)	(23.300)	(22.195)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(102.049)	(91.666)	(121.173)	(117.583)
Juros sobre cliente partes relacionadas (a)	-	-	(2.706)	-
Despesas sobre operações financeiras	(3.517)	(4.697)	(3.556)	(4.791)
Ajuste a valor presente sobre <i>royalties</i> (b)	(566.900)	(558.589)	(566.900)	(558.589)
Efeitos inflacionários sobre <i>royalties</i>	(58.551)	(55.800)	(58.551)	(55.800)
Atualização depósito judicial	-	(781)	-	(757)
Comissão de Fiança	(5.043)	(5.714)	(5.043)	(5.714)
Variação cambial (c)	(40.253)	(77.118)	(50.716)	(401.915)
Custo de Transação	(2.034)	(2.102)	(2.034)	(2.102)
Outros	(1.135)	(3.080)	(1.468)	(3.736)
	(779.482)	(799.547)	(812.147)	(1.150.987)
Receitas financeiras				
Juros sobre cliente partes relacionadas	6.498	17.902	6.498	17.902
Atualização depósito vinculado	3.641	3.743	3.641	3.743
Atualização depósito judicial	2.854	-	2.563	-
Rendimento de aplicações financeiras	241	1.933	5.152	7.923
Variação cambial (c)	8.511	895	19.046	323.715
Outros	-	-	162	-
	21.745	24.473	37.062	353.283
Resultado financeiro líquido	(757.737)	(775.074)	(775.085)	(797.704)

- (a) Juros de pagamentos antecipados da Trafigura para a PSE pela aquisição de minério de ferro. A PSE pode financiar essas transações comerciais por meio dos pagamentos antecipados da Trafigura (comprador único) similar as linhas de crédito para capital de giro junto a bancos comerciais (linhas ACC).
- (b) Efeito da atualização do valor presente do PORT11 pela alteração das premissas operacionais da projeção financeira.
- (c) Efeito da variação cambial no resultado refere-se à dívida denominada em reais brasileiros, considerando que a moeda funcional da Companhia foi alterada para o dólar americano em janeiro de 2016.

Conselho de Administração

Oscar Pekka Fahlgren - Presidente
William Kenneth Loughnan - Vice-Presidente
Jesus Fernandez López - Conselheiro
Kelly Michele Thomson - Conselheira
Matthew James Hadfield - Conselheiro
Leonardo Righi de Barros Cunha - Conselheiro

Diretoria

Jayme Nicolato - Diretor-Presidente
Guilherme Caiado - Diretor de Operações
Thiago Roldão - Diretor Financeiro

Flávio Ary de Oliveira Silveira
Contador
CRC-MG 095.168/O-9